A classe trabalhadora: uma abordagem contemporânea à luz do materialismo histórico

Marcelo Badaró Mattos

Professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF)

A classe trabalhadora: uma abordagem contemporânea à luz do materialismo histórico

Resumo: Este artigo explora as recentes tentativas de apresentar um conceito ampliado de classe trabalhadora, a fim de responder tanto à recente configuração das relações de trabalho no capitalismo contemporâneo quanto às formas históricas de exploração envolvidas no processo de acumulação de capital. Combinando dados de pesquisa histórica e discussão historiográfica, o principal argumento do artigo é que a necessária ampliação do conceito de classe trabalhadora é compatível com as discussões de Marx e Engels, assim como com a melhor tradição do materialismo histórico do século XX.

Palavras-chave: Classe trabalhadora; Marxismo; Historiografia

The working class: a contemporary approach under the light of historical materialism

Abstract: This paper explores the recent attempts to present an enlarged concept of the working class, in order to answer both to the recent configuration of labor relations in contemporary capitalism and the historical forms of exploitation involved in the process of capital accumulation. Combining historical research data and historiographical discussion, the main argument of this paper is that the necessary enlargement of the concept of the working class is compatible with Marx's and Engels's discussions, as well as with the best tradition of historical materialism in the twentieth century.

Keywords: Working class; Marxism; Historiography

Este artigo foi escrito, como não poderia deixar de ser, a partir da experiência particular de pesquisa de seu autor. Como historiador, venho estudando há muitos anos a classe trabalhadora brasileira, suas organizações e formas de luta. Reconheço na história, mais que um estudo sobre o passado, a "ciência dos homens no tempo e que incessantemente tem necessidade de unir o estudo dos mortos ao dos vivos", conforme a máxima de Marc Bloch (2001, p. 67). Ou, na forma como definiu Joseph Fontana, todo esforço de estudo histórico envolve, além da reflexão sobre o passado, uma forma própria de entendimento do presente (que ele definiu como uma "economia política") e uma tomada de posição ante o futuro (por ele chamada de "projeto social") (Fontana, 1998, p. 10). Por isso, particularmente nos últimos anos, desenvolvi dois programas de estudos paralelos: um voltado para o entendimento das formas particulares de formação da classe trabalhadora na situação periférica de uma ex-colônia escravista (o que me levou à segunda metade do século XIX e inícios do século XX); e outro focado na tentativa de entendimento do desenho atual da luta de classes na sociedade capitalista contemporânea, o que redunda em tentar esclarecer o perfil atual da classe trabalhadora, especialmente na situação, ainda periférica, do Brasil.

O que, para mim, torna possível e, em grande medida complementar, desenvolver programas de pesquisa com recortes temporais distintos como esses é uma reflexão de fundo conceitual sobre a classe trabalhadora. Desse ponto de vista mais teórico, parto de

duas considerações, que procurarei desenvolver ao longo dessa exposição: é necessário superar as concepções estreitas de classe trabalhadora, em direção a um conceito mais ampliado; e esse esforço não só é compatível, como a meu juízo só pode ser bem sucedido se recuperarmos a discussão original de Marx e Engels sobre a classe trabalhadora, bem como as melhores elaborações da tradição crítica do materialismo histórico no século XX. Para tanto, por certo não devemos tomá-las como respostas prontas e acabadas aos desafios da pesquisa histórica e da intervenção no presente, mas como conjunto válido de referências, que devidamente atualizadas e complexificadas, permanecem sendo as melhores que temos.

A nova morfologia da classe trabalhadora

Para entendermos a natureza da classe trabalhadora hoje, é necessário entender de que forma o trabalho (abstrato, assalariado) é hoje empregado pelo capital para sua reprodução ampliada. Em livro recente, teoricamente ambicioso e muito instigante, Virgínia Fontes (2010) cunhou a conceituação "capital imperialismo" para tratar da configuração do capitalismo global a partir da segunda metade do século XX. Tal combinação de termos procura dar conta de um duplo resgate e uma consequente dupla atualização de conceitos clássicos do campo do materialismo histórico. De um lado, busca em Marx os subsídios para compreender a dinâmica atual do capitalismo, para ela centrada na acumulação capitaneada pela forma "capital monetário" (ou "capital portador de juros") tal como analisada em *O capital*. O que se apresentava em potência na época de Marx agora se realiza plenamente, com a máxima concentração de capitais. De outro lado, sua análise procura aprofundar e atualizar a ideia de imperialismo tal como apresentada por Lênin, para dar conta da escala de expansão imperialista no pós-guerra, em que a exportação de mercadorias e de capitais já não é a única forma de expansão e as noções de capital bancário e capital industrial que, fundidos, dariam origem ao capital

financeiro, já não dão conta da forma atual de concentração, que "decorre de e impulsiona o crescimento de todas as formas de capital, pornograficamente entrelaçadas" (Fontes, 2010, p. 198).

Na análise de Fontes, uma das características do processo de expansão capital-imperialista é sua tendência a opor de forma direta a propriedade capitalista (não só dos meios de produção, mas também "da possibilidade efetiva de impor e/ou sobrepor-se a qualquer forma de extração de mais valor") ao conjunto da humanidade. Vivemos, segundo a autora, uma fase de expropriações tremendas, aí entendidas tanto as expropriações "primárias" (as que separam o homem da terra, impelindo-o a vender sua força de trabalho no mercado para garantir a sobrevivência como consumidor neste mesmo mercado) quanto as que ela define como "secundárias", que chegam até mesmo aos "direitos", conquistados através de lutas sociais pretéritas.[1]

Essa discussão de Fontes é fundamental para entender como se dá, nos dias atuais, a precarização das relações de trabalho no processo de expropriação em curso. A rigor, continuam a emergir novas gerações de trabalhadores, mas não necessariamente mais trabalhadores assalariados formais, categoria fundamental com a qual se pensou a classe trabalhadora até aqui. Há mais fábricas e mais operários fabris do que nunca, pelo menos em termos absolutos (os percentuais relativos em escala global não são fáceis de obter), mas as fábricas aparecem cada vez mais na periferia do globo (Ásia, América Latina). Por outro lado, no "coração" do capitalismo, nos países de desenvolvimento mais antigo, há cada vez menos fábricas e postos de trabalho no setor secundário. A combinação resultante desse processo é: menores salários, maiores taxas de desemprego, menos garantias legais dos contratos, menos direitos, mais "informalidade", etc.

---

1 Tais considerações sobre a centralidade das expropriações se inserem no marco das mesmas preocupações, embora por caminhos diferentes, da caracterização de Harvey da acumulação contemporânea ser movida pelas "desposessões", ou ainda da ênfase de Linebaugh em destacar o ciclo expropriação-exploração-expropriação (Harvey, 2008; Linebaugh, 2008).

O mundo hoje possui uma população total de cerca de sete bilhões de pessoas. Desta, mais de três bilhões compõem a parte da população economicamente ativa, num percentual de 65% dos indivíduos na faixa etária de 15 anos ou mais.[2] Desde 2007 a população urbana ultrapassou numericamente a rural. Dados de 2004 (anteriores, portanto, aos efeitos da mais recente manifestação da crise capitalista), revelaram um percentual de 6,4% de desempregados no interior dessa força de trabalho. Entre os empregados, a participação dos que trabalham por conta própria ou exercem trabalho familiar não pago, caracterizando o "emprego vulnerável", chegou a 37,2% no Oriente Médio e Norte da África, 31,7% na América Latina e Caribe e 18,7% na Europa e Ásia Central, segundo dados de 2008. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), 165 milhões de crianças entre 5 e 14 anos trabalham no mundo, das quais 74 milhões em atividades perigosas.

Essa situação se apresenta, no caso brasileiro, na forma de um reforço da secular desigualdade social. O Brasil possui, segundo o Censo de 2010, 190.732.694 habitantes.[3] Destes, mais de 160 milhões vivem nas áreas urbanas e apenas pouco mais de 29 milhões nas áreas rurais. Dados de 2007 indicam que, do total de mais de 98 milhões de pessoas economicamente ativas, 82,6% moram em cidades. Dos(as) 90 milhões de trabalhadores(as) ocupados(as) no país, apenas 18,3% estão inseridos em atividades agrícolas. Esse quadro contrasta profundamente com o perfil do país há algumas décadas atrás. Em 1940, só 31,2% dos 41 milhões de residentes no país viviam nas cidades, sendo que foi nos anos 1960 que a população urbana ultrapassou a rural. Em 1970, eram moradoras das áreas urbanas 55,9% das 93 milhões de pessoas recenseadas. Isto implica reconhecer que a classe trabalhadora no Brasil é profundamente concentrada no meio urbano, mas que essa concentração se produziu de forma dramaticamente rápida nas

2 Sigo aqui as estatísticas divulgadas pelo Banco Mundial.

3 Os dados quantitativos que não apresentarem outra referência explícita são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

últimas décadas do século XX. O que trouxe implicações para a vida urbana nos grandes centros, que cresceram muito em pouco tempo, vivendo todo o tipo de contradições sociais decorrentes desse inchaço, como também para a experiência e cultura da classe, que possui enormes contingentes ainda fortemente marcados pela vida no campo. No que tange a esses e todos os demais dados estatísticos sobre o Brasil, as diferenças regionais são imensas e delas não conseguiríamos dar conta em curto espaço.

Seguindo os dados de 2007, entre os mais de 159 milhões de brasileiros com dez anos ou mais de idade, 98 milhões estavam economicamente ativos. Entre esses, 8 milhões se encontravam desocupados (dos quais 5 milhões e meio já haviam trabalhado antes, e outros 2 milhões procuravam seu primeiro emprego). Tratando apenas dos trabalhadores urbanos, duas décadas de reestruturação produtiva foram suficientes para introduzir um alto grau de precarização numa população trabalhadora que, por sua elevada concentração recente nos grandes centros, já tendia a produzir grandes contingentes excedentes. Num quadro geral, em 2007, das 74 milhões de pessoas ocupadas nas cidades, 72,9% eram empregados, 20,4% trabalhadores por conta própria, 2,5% ocupados não remunerados e 4% empregadores. Entre os empregados, 23,6% não possuíam carteira de trabalho assinada, o que, somado aos trabalhadores por conta própria, significava por volta de 44% de trabalhadores precarizados. Outra forma de perceber a ausência de direitos dos trabalhadores é observar que, naquele mesmo ano, 50,7% dos ocupados contribuíam para a previdência, portanto descontados os 4% de empregadores (que, em geral, contribuem), constata-se que a maioria dos trabalhadores não o faz e está excluída, portanto, dos direitos previdenciários, podendo no máximo ser atendida no futuro pela assistência social previdenciária.

No tocante às taxas de desemprego, os dados do IBGE, que nitidamente subestimam o total de trabalhadores desempregados, apontavam para 6,1% de desempregados nas principais regiões metropolitanas do país em outubro de 2010, confirmando um ciclo de queda, já que em fevereiro de 2009, quando o impacto maior da crise se fez

sentir, o percentual era de 8,5%. Desde 2003, a taxa mais alta registrada foi de 12% em 2004. Pelos dados do Dieese, percebe-se que a situação é mais grave, registrando-se 10,8% de desemprego em outubro de 2010 (em fevereiro de 2009 a taxa chegou a 13,9%).[4] Somando os cerca de 50% de ocupados sem carteira ou contribuição previdenciária, ou seja, sem cobertura de direitos do trabalho, aos mais de 10% de desempregados, temos uma ideia do grau de precarização das relações de trabalho e fragmentação da classe trabalhadora em seu contingente urbano, majoritário. Mais chocante é a existência de mais de 1 milhão de crianças entre cinco e treze anos trabalhando no país em 2007 (cerca de 750 mil no campo), a imensa maioria sem remuneração.

Dados sobre a terceirização nos ajudariam a completar o quadro deste processo de fragmentação e precarização. Não os encontramos na forma de estatísticas gerais. Mas, apenas para ilustrar a questão, podemos tomar como exemplo o caso da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), de Volta Redonda, privatizada no início dos anos 1990. Em 1989, antes da privatização, a empresa empregava 23 mil trabalhadores, hoje ela emprega 8 mil. Há, porém, 9 mil trabalhadores de empresas terceirizadas prestando serviço na CSN, fora os contratos de fornecimento de serviços, que transferem para fora da empresa atividades que antes eram realizadas em seu interior.[5] Assim, mesmo que concentremos nosso olhar sobre os trabalhadores ocupados e com carteira de trabalho assinada, a precarização é também uma realidade.

Refletindo sobre o conjunto do processo de mudança na forma de ser – a "morfologia"– da classe, Ricardo Antunes apresentou uma proposta de alargamento do conceito mesmo de classe trabalhadora. A expressão "classe-que-vive-do-trabalho", por ele apresentada em *Os sentidos do trabalho* (1999), foi alvo de intensa polêmica, quase sempre centrada mais na forma das palavras (afinal, não viveriam todas

4 Conforme as informações do sítio http://www.dieese.org.br/ped/metropolitana.xml#.

5 Dados apresentados oralmente por Edílson Graciolli, professor da Universidade Federal de Uberlândia em março de 2009.

as classes "do trabalho", sendo que umas viveriam da exploração do trabalho de outras?). Sua importância, porém, transcende em muito tal polêmica formal, pois seu objetivo foi "enfatizar o sentido atual da classe trabalhadora, sua forma de ser", defendendo a validade analítica do conceito de classe trabalhadora de Marx na atualidade.

Seu esforço de crítica aos que afirmaram o fim da classe (ou da validade analítica do conceito) passou pela definição de uma noção ampliada de classe trabalhadora, incluindo "a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos", mas englobando também os trabalhadores improdutivos, de forma a incorporar, além do proletariado rural, "o proletariado precarizado, o subproletariado moderno, *part time*, o novo proletariado dos Mac Donalds (...), os trabalhadores terceirizados e precarizados das empresas liofilizadas (...), os trabalhadores assalariados da chamada 'economia informal', que muitas vezes são indiretamente subordinados ao capital, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiam o exército industrial de reserva, na fase de expansão do desemprego estrutural" (ANTUNES, 1999, p. 102-104).

Tenho pleno acordo com Antunes em sua proposta de, através de uma definição ampliada de classe trabalhadora, demonstrar a atualidade da reflexão marxiana. Afinal, também era ampla a definição de classe em Marx. Nesse sentido, uma primeira observação em relação ao conceito de classe trabalhadora em Marx é de natureza terminológica. Nas línguas neolatinas, tendemos muitas vezes a traduzir (e a maioria das citações que reproduzirei a seguir incorrem nesse equívoco) a expressão alemã empregada por Marx *Arbeiterklasse,* ou o correlato inglês *working class,* por classe operária. Tal tradução aparece muitas vezes associada à ideia de que o verdadeiro sujeito revolucionário é o operário industrial – trabalhador produtivo, que sofre a subsunção real ao capital decorrente da interação com a moderna tecnologia empregada na grande indústria.

Daniel Bensaïd percebe os problemas desse emprego de um vocabulário restritivo para fazer referência à classe:

> "No século XIX, falava-se em classes trabalhadoras, no plural. O termo alemão *Arbeiterklasse* ou a expressão inglesa *working class* continuam extremamente genéricos. '*Classe ouvrière*', dominante no vocabulário francês, tem uma conotação sociológica propícia a equívocos. Ela designa principalmente o proletariado industrial, com exceção do assalariado de serviços e de comércio, que se submete a condições de exploração análogas do ponto de vista de sua relação com a propriedade privada dos meios de produção, de seu lugar na divisão do trabalho ou da forma salarial de sua renda. Marx fala de proletários. Apesar de seu aparente desuso, o termo é ao mesmo tempo mais rigoroso e mais abrangente do que classe operária. Nas sociedades desenvolvidas, o proletariado da indústria e dos serviços representa de dois terços a quatro quintos da população ativa" (Bensaïd, 2008, p. 36).

Marx não distinguiu sempre de forma muito precisa a terminologia com que se referiu à classe, mas dois são os termos fundamentais que encontramos, quase sempre como sinônimos intercambiáveis, em sua obra: proletariado e classe trabalhadora. Por proletariado podemos entender todos aqueles que nada possuem, ou melhor, não possuem outra forma de sobreviver, numa sociedade de mercadorias, do que vender, como tal, a sua força de trabalho.[6] A expressão classe trabalhadora é normalmente associada, nos textos de Marx e Engels, ao conjunto daqueles que vivem da venda da sua força de trabalho, quase sempre em troca de um salário.

---

6 Nos manuscritos de 1844, criticando a forma como a "economia nacional" (forma pela qual Marx se referia então à economia política clássica) associava o trabalhador ao animal que recebe apenas o alimento necessário para sobreviver, de forma a existir para trabalhar, definia o proletário pela ausência, como "aquele que, sem capital e sem renda da terra, vive puramente do trabalho, e de um trabalho unilateral, abstrato" (MARX, 2004, p. 30).

Definindo o processo de proletarização como chave para o entendimento da acumulação primitiva de capital – "o processo histórico de separação entre produtor e meios de produção" – Marx explica a formação de uma classe de trabalhadores "livres como pássaros" como decorrente de um longo e violento movimento de expropriação, marcado por momentos em que "grandes massas humanas são arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários" (Marx, 1984, p. 263). Da expropriação à exploração, eis o caminho histórico de formação da classe.

Ao tratar da classe trabalhadora em seus textos de crítica da economia política, nos quais explica os mecanismos de exploração da classe em relação com o processo de valorização do capital, Marx nunca a restringiu ao operariado industrial, nem através de uma associação restritiva com os submetidos à subsunção real, tampouco por uma definição que fechasse a classe no setor produtivo, e este também não foi definido como restrito aos trabalhadores industriais. Podemos perceber isso no chamado "Capítulo inédito" d'*O Capital.* Ali, Marx definiu a subsunção formal e a subsunção real do trabalho ao capital. Associando a primeira forma à mais-valia (ou em tradução mais precisa, mais-valor) absoluta e a segunda à mais-valia relativa, Marx demonstrou que o processo se inicia pela subordinação direta dos trabalhadores aos capitalistas, quando estes passam, na condição de proprietários/possuidores dos meios de produção, a controlar o tempo e as condições de trabalho daqueles, que foram reduzidos à condição de proletários. O passo seguinte, da subsunção real, apresenta-se como decorrência da acumulação propiciada pela etapa anterior, e materializa-se pela "aplicação da ciência e da maquinaria à produção imediata" (Marx, 1978, p. 66).

No mesmo texto, Marx apresentou a distinção entre trabalho (e trabalhador) produtivo e improdutivo: "só é produtivo aquele trabalho – e só é trabalhador produtivo aquele que emprega a força de trabalho – que diretamente produza mais-valia; portanto, só o trabalho que seja consumido diretamente no processo de produção com vistas à valorização do capital" (*idem*, *ibidem*, p. 70). Associando as duas

distinções, Marx afirmou que, com o desenvolvimento da subsunção real, "não é o operário individual, mas uma crescente capacidade de trabalho socialmente combinada que se converte no agente real do processo de trabalho total", não fazendo sentido, pois, buscar o trabalhador produtivo apenas entre os que desempenham as tarefas manuais diretas (*idem*, *ibidem*, p. 71-72).

Indo além, não é o conteúdo do trabalho desempenhado, nem o setor da economia em que se desempenha esse trabalho que definirá o caráter produtivo do trabalho ou do trabalhador. Por isso, Marx fez questão de exemplificar o trabalho produtivo com figuras como a do artista, ou do professor, embora reconhecendo que eram exemplos em que a subsunção ao capital ainda era formal:

> "Uma cantora que entoa como um pássaro é um trabalhador improdutivo. Na medida em que vende seu canto, é assalariada ou comerciante. Mas, a mesma cantora, contratada por um empresário, que a faz cantar para ganhar dinheiro, é um trabalhador produtivo, já que produz diretamente capital. Um mestre-escola que é contratado com outros, para valorizar, mediante seu trabalho, o dinheiro do empresário da instituição que trafica com o conhecimento, é trabalhador produtivo" (*idem*, *ibidem*, p. 76).[7]

E se o caráter produtivo do trabalho e do trabalhador não se define pelo emprego na grande indústria (nem, portanto, pela subsunção real), tampouco a classe trabalhadora aparece como restringida aos que exercem trabalho produtivo. Pelo contrário, é a condição proletária e o assalariamento como horizonte que a definem. Marx assinalou, naquele mesmo texto, que nem todo trabalhador assalariado é produtivo, mas que mesmo os que exercem profissões antes associadas a uma auréola de autonomia (como os médicos, advogados etc.) cada

7 Marx utiliza o mesmo exemplo do mestre-escola para discutir o trabalho produtivo no capítulo XIV d'*O Capital* (sobre a mais-valia absoluta e relativa) (Marx, 1984, p. 105-106).

vez mais se viam reduzidos ao assalariamento e caíam – "desde a prostituta até o rei" – sob as leis que regem o preço do trabalho assalariado (*idem*, *ibidem*, p. 73).

Recorro aqui novamente à análise de Bensaïd que, comentando a concepção ampla de classe presente n'*O capital*, demonstrou como a partir de uma visão de totalidade, da reprodução geral (ou ampliada) do capital, como definida por Marx, não há porque restringir a definição de classe ao trabalho produtivo. Ou ainda, não há porque procurar pela classe trabalhadora apenas no processo estrito da produção capitalista, mas há que se entender que sua formação se completa na dimensão ampla da reprodução geral do capital, em todos os espaços – no trabalho, nas condições de reprodução de sua vida, nos seus espaços mais amplos de sociabilidade – em que os interesses e visão de mundo dos trabalhadores são confrontados com os do capital.

> "Não há, em *O Capital*, definição classificatória e normativa das classes, mas um antagonismo dinâmico que ganha forma, em primeiro lugar, no nível do processo de produção, em seguida, no do processo de circulação e, finalmente, no da reprodução geral. As classes não são *definidas* somente pela relação de produção na empresa. Elas são *determinadas* ao longo de um processo em que se combinam as relações de propriedade, a luta pelo salário, a divisão do trabalho, as relações com os aparelhos de Estado e com o mercado mundial, as representações simbólicas e os discursos ideológicos. Portanto, o proletariado não pode ser definido de modo restritivo, em função do caráter produtivo ou não do trabalho, que entra somente no livro II de *O Capital*, sobre o processo de circulação" (Bensaïd, 2008, p. 35).[8]

E se é complexa a questão das classes no capitalismo do ponto de vista das relações econômicas, ainda mais complexa se torna se percebermos que em Marx ela não se resume à dimensão econômica.

8 Ver também, a esse respeito Bensaïd (1999, p. 158).

O capitalismo apresentava, para Marx e Engels, um potencial novo, porque nele era possível que, pela primeira vez, uma classe dominada e explorada assumisse consciência de sua exploração. A elaboração teórica dos dois era fruto disso. Michel Löwy (2002) mostrou como a fundação do materialismo histórico dos anos 1840 se explicava pelas relações que estabeleceram com o movimento dos trabalhadores na época: o cartismo inglês, as revoltas de trabalhadores da Silésia, as organizações comunistas clandestinas de Paris; tanto quanto pela superação das bases filosóficas do idealismo alemão, as bases da economia política clássica e do socialismo anterior. Ou seja, a questão das classes assumia uma dimensão política com potencial transformador. Se todos os conflitos sociais do passado revelavam a luta de classes como dimensão essencial do processo histórico, agora a classe adquiria consciência de classe, algo que não se define em termos puramente econômicos, mas em sua dimensão política, como Marx afirmou em correspondência a Friedrich Bolte:

> "O movimento político da classe operária tem como objetivo último, é claro, a conquista do poder político para a classe operária e para este fim é necessário, naturalmente, que a organização prévia da classe operária, elaborada na prática da luta econômica, haja alcançado certo grau de desenvolvimento. Por outro lado, todo movimento em que a classe operária atua como classe contra as classes dominantes e trata de forçá-las 'pressionando do exterior', é um movimento político. Por exemplo, a tentativa de obrigar, através das greves, os capitalistas isolados à redução da jornada de trabalho em determinada fábrica ou ramo da indústria, é um movimento puramente econômico; pelo contrário, o movimento visando a obrigar que se decrete a lei da jornada de oito horas etc., é um movimento político. Assim, pois, dos movimentos dos operários separados por motivos econômicos, nasce em todas as partes um movimento político, ou seja, um movimento de classe, cujo alvo é que se dê satisfação a seus interesses em forma geral, isto é, em forma que seja compulsória para toda a sociedade. Se bem que é certo que estes movimentos

> pressupõem certa organização prévia, não é menos certo que representam um meio para desenvolver esta organização" (Marx, s/d, p. 266).

A percepção da complexidade do conceito de classe pelo materialismo histórico deve levar a que não nos contentemos com uma dimensão da classe para entendê-la, pois que suas dimensões econômicas possuem um sentido ampliado (na produção, na circulação das mercadorias e na divisão desigual do produto do trabalho, ou seja, na reprodução ampliada do capital) e Marx nunca restringiu sua definição de classe a uma dimensão econômica, ao contrário, valorizou seu papel político, algo que só conseguia definir a partir da ideia de uma consciência de classe, cujo desenvolvimento não se dá isoladamente, mas na luta de classes. Combinando essas questões, é interessante perceber como um dos melhores leitores de Marx tratou de demonstrar a formação da classe trabalhadora – e da sua consciência de classe – no período do fim do século XVIII e primeiras décadas do XIX, ou seja, numa época em que ainda predominava a subsunção formal. Refiro-me a E. P. Thompson em seu magistral estudo sobre a formação da classe trabalhadora na Inglaterra (1987-1988). É por isso que Thompson, a meu juízo, completamente baseado em Marx, declarou que:

> "Para dizê-lo com todas as letras: as classes não existem como entidades separadas que olham ao seu redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de certo modo (por meio de relações de produção, fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os que as exploram), identificam os nós dos interesses antagônicos, se batem em torno desses mesmos nós e no curso de tal processo de luta descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois a fazer a descoberta de sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real. Mas se adotamos uma concepção

> estática da categoria de classe, ou se fazemos descender esse nosso conceito de um modelo teórico preliminar de totalidade estrutural, não procederemos assim, pois estaremos subentendendo que a classe está presente desde o início como um resultado de relações de produção, *daí* derivando a luta de classes" (Thompson, 2001, p. 274).[9]

Isso nos possibilita entender as reflexões de Marx e Engels desde a década de 1840 como produzidas a partir do próprio movimento de formação da classe e de sua consciência, ainda que a classe em formação, naquela época, fosse extremamente diferenciada, submetida a formas de exploração as mais violentas, sem garantias legais de direitos em relação ao exercício do trabalho, em condições de vida as mais degradantes. Portanto, não dependia da existência de grandes concentrações de trabalhadores assalariados industriais – operários fabris – com empregos formais e garantias de direitos o potencial revolucionário da classe que Marx descobriu na sua época. Por que dependeria hoje?

Antes de concluir esta fase da exposição, gostaria de recuperar outra tentativa de captar a nova configuração da classe no capitalismo atualmente existente, apresentada pela filósofa cubana Isabel Monal, que recorreu ao conceito de classes/grupos subalternos de Gramsci para propor uma ampliação de seu escopo, de forma a captar grupos/movimentos caracterizados pela "desagregação, a ausência de consciência política madura, a heterogeneidade e a multiplicidade, etc." (Monal, 2003, p. 195). Continua ela, "este conceito ampliado de 'subalterno' incluiria as classes exploradas e, em geral, o conjunto dos oprimidos e dos marginalizados, que, em grande medida, atuam como parte desses movimentos sociais e da sociedade civil" (*idem*, *ibidem*, p. 197).

Monal entende que hoje a categoria de "subalterno" é mais pertinente ainda que no tempo de Gramsci e permitiria ir além dos limites

9 Sobre os usos desta noção em estudos históricos sobre o século XVIII inglês, o trabalho mais amplo de Thompson encontra-se reunido em *Costumes em Comum* (1998).

da classe tal como definida em Marx, já que "a categoria gramsciana de 'subalterna' – que, desse modo, vai além das classes sociais, mas, ao mesmo tempo as inclui – supriria a lacuna de um conceito deste tipo em Marx" (*idem*, *ibidem*, p. 197). Entendo que Monal atribui a Marx um conceito de classe trabalhadora mais fechado do que o que ele apresenta realmente, e por isso as sugestões que apresentei aqui estão mais próximas do que propõe Antunes ao defender a validade analítica do conceito de Marx hoje. Também compreendo que ela distingue pouco a forma como Gramsci trata das classes subalternas no seu tempo (o termo surge para ele como expressão da Frente Única entre operários e camponeses para fazer a revolução socialista) e a forma como aplica esta como categoria que permite compreender configurações de classe em sociedades pré-capitalistas. Mas, de qualquer forma, a sugestão de Monal de buscar entender a fase atual como de maior heterogeneidade da classe – ou das classes – recorrendo ao conceito de classes/grupos subalternos de Gramsci é instigante. E os historiadores do trabalho tem feito coisa semelhante.

Os historiadores e o conceito ampliado de classe trabalhadora

A reconfiguração recente da classe trabalhadora parece ter sensibilizado também os olhares dos historiadores sobre o passado, gerando debates que, a partir de diferentes ênfases teóricas ou de pesquisa empírica, convergem para a necessidade de complexificação do entendimento das relações de trabalho e do perfil da classe trabalhadora nas diferentes situações históricas a partir das quais o capitalismo se implantou em escala global.

Jairus Banaji (2010), por exemplo, em um esforço de pesquisa sobre modos de produção, abordando tanto situações pré-capitalistas no Oriente antigo e moderno, quanto o desenvolvimento histórico europeu até a contemporaneidade, propõe um alargamento dos entendimentos mais correntes sobre o conceito de relações de produção,

de modo a percebê-lo como abrangendo diversas faces das relações sociais e não apenas as formas de exploração do trabalho. Com isso, pretende demonstrar que se "a acumulação de capital, ou seja, relações de produção *capitalistas*, podem estar baseadas em formas de exploração que são tipicamente *pré-capitalistas*, então claramente não há apenas uma única configuração do capital, mas uma série de *distintas configurações*, formas do processo de acumulação, implicando outras combinações" (Banaji, 2010, p. 9).

Na periferia do capitalismo, tal questão já se fazia presente em muitos estudos históricos, embora a rigidez do referencial marxista de cunho mais determinista levasse boa parte dos historiadores a situar a realidade do Sul do Globo na mesma evolução de etapas – modos de produção escravista antigo, feudal, capitalista – que se supunha ser a chave explicativa para a história europeia. Em abordagens mais recentes, o entendimento da maneira pela qual estas formas de exploração do trabalho, marcadas em algum nível pela compulsoriedade, foram funcionais à acumulação capitalista, tem levado a resultados bastante positivos.[10] Além disso, esse refinamento do olhar dos pesquisadores tem produzido frutos interessantes de análise também a respeito da Europa e mesmo da primeira economia capitalista industrial, na Inglaterra. Alessandro Stanziani, por exemplo, vem divulgando estudos em que demonstra como a noção dominante de trabalho "livre" na maior parte da Europa – incluindo a Inglaterra – até meados do século XIX era a da "prestação de serviços", regulada por direito civil e penal e que os conceitos de livre e não-livre que hoje compartilhamos

10 Ver, por exemplo, os estudos sobre os *coolies* indianos, submetidos a contratos de prestação de serviços e penas legais para a quebra de contrato que os transformavam em trabalhadores compulsórios nas plantações de chá do século XIX e primeiras décadas do século XX (Mohapatra, 2005; Behal, 2006). Para o caso do Sul dos Estados Unidos, América Latina e Caribe escravistas do século XIX, cabe o exemplo da interessante discussão de Dale Tomich sobre uma "segunda escravidão", no contexto da expansão mundial de um capitalismo já industrial, em que se alteram as exigências de produtividade do trabalho nas plantations americanas (Tomich, 2004).

sobre as relações de trabalho só teriam se estabelecido como dominantes já no século XX (Stanziani, 2009).

Essa tem sido uma das discussões centrais que, envolvendo historiadores do trabalho em diversos pontos do mundo, vem gerando nos últimos anos um movimento pela construção de uma História Global do Trabalho. Na definição de um dos principais elaboradores dessa proposta, ela se caracterizaria por:

> "No que se refere a metodologia, está envolvida uma 'área de pesquisa', mais que um paradigma teórico bem definido ao qual todos devem aderir. (…) No que tange aos temas, a História Global do Trabalho foca no estudo transnacional – e mesmo no transcontinental – das relações de trabalho e dos movimentos sociais dos trabalhadores no sentido mais amplo da palavra (…) O estudo das relações de trabalho envolve tanto o trabalho livre como o não livre, tanto o pago como o não pago. Os movimentos sociais dos trabalhadores envolvem tanto organizações formais quanto atividades informais. O estudo tanto das relações de trabalho quanto dos movimentos sociais requer que uma atenção igualmente séria seja devotada ao 'outro lado' (empregadores e autoridades públicas). Relações de trabalho envolvem não apenas o(a) trabalhador(a) individual, mas também sua família, quando aplicável. Relações de gênero desempenham um importante papel tanto com a família, e em relações de trabalho envolvendo membros individuais da família. No que diz respeito ao período histórico estudado, a História Global do Trabalho não impõe limites à perspectiva temporal, embora na prática a ênfase é usualmente posta no estudo das relações de trabalho e movimentos sociais dos trabalhadores que emergiram com a expansão do mercado mundial, a partir do século XIV" (Van der Linden, 2008, p. 6- 7)."

Nesse movimento, há um esforço por reconceitualizar a classe pelos historiadores, que se aproxima, inclusive, da discussão de Monal sobre o período atual. O exemplo mais rico me parece ser justamente o

Van der Linden, em seu monumental *Workers of the world*. Percebendo que, nas situações históricas empiricamente estudadas em diversas partes do globo (e particularmente no "Sul Global"), as fronteiras entre diferentes formas de exploração do trabalho – escravo e "livre", por contratos, autônomo ou assalariado, doméstico ou externo, urbano e rural – se apresentam de forma mais fluida e combinada, Van der Linden busca redefinir a classe trabalhadora. Sua perspectiva parte, como em Banaji, da possibilidade de subordinação de outras formas de exploração do trabalho, que não o trabalho livre-assalariado típico, aos imperativos do mercado capitalista, incluindo proletários tipicamente "livres", escravos e trabalhadores submetidos a contratos de prestação de serviço com graus variados de compulsoriedade. Em sua definição:

> "Todo(a) portador(a) de força de trabalho cuja força de trabalho é vendida (ou alugada) a outra pessoa sob compulsão econômica (ou não econômica) pertence à classe dos trabalhadores subalternos, não importando se o(a) portador(a) de força de trabalho vende ou aluga pessoalmente essa força, não importando se o(a) portador(a) possui meios de produção" (*idem*, *ibidem*, p. 33).

Van der Linden alerta que sua definição é provisória e que cada elemento dela demanda mais reflexões, mas define o que para ele é o centro da base comum de classe de toda essa variedade de trabalhadores subalternos: "a mercadorização compulsória de sua força de trabalho" (*idem*, *ibidem*, p. 34). Em algumas de minhas pesquisas, compartilhando uma problemática com diversos outros historiadores brasileiros nos últimos anos,[11] tenho estudado situações históricas em que as fronteiras entre trabalho escravo e trabalho "livre" parecem tão fluidas quanto a definição de Van der Linden procura apontar. A

11 Alguns exemplos podem ser buscados em Loner (2001), Velasco e Cruz (2000), Reis (1997), Mattos (2008).

leitura de trabalhos como o dele me sugeriu a necessidade de uma reflexão mais consistente sobre como tratar conceitualmente o processo de formação da classe trabalhadora em uma situação de periferia colonial – ou até recentemente colonial – latino-americana como era o caso brasileiro em fins do século XIX. E o primeiro fator a levar em conta, nesse tipo de situação, é a forma como se combinam formas de exploração e relações de produção capitalistas e "pré-capitalistas".

Essa questão, de certa forma, já aparecia como essencial para Marx, quando se deparava com os movimentos reais da classe trabalhadora em países da "periferia" europeia, nos anos 1880. Marx explicitou de forma bastante clara a impossibilidade de se tomar o caso inglês de formação da classe trabalhadora como modelo de validade universal, ao afirmar que o "fatalismo histórico" da conversão do camponês em proletário através da sua separação dos meios de produção (a terra em particular) só se manifestava plenamente no Ocidente, pois se tratava da conversão "de uma forma de propriedade privada em outra forma de propriedade privada" (Marx, 1982, p. 98). Marx foi colocado frente à questão de se na Rússia o papel teorizado de sujeito revolucionário do proletariado teria validade, face ao amplo predomínio camponês. Sua resposta levou em conta a especificidade russa de uma agricultura camponesa coletiva – contrastante com o camponês "detentor de parcela" examinado no *18 Brumário* – em contato com os primeiros momentos de uma agitação socialista naquele país, conectada ao movimento internacional do proletariado. Nesse contexto, Marx afirmaria a possibilidade de que a comuna rural russa tivesse um potencial revolucionário, comentando no prefácio à edição russa do *Manifesto*, publicada em 1882, que "se a revolução russa dá o sinal para uma revolução proletária no Ocidente, de modo que ambas se completem, a atual propriedade comum da terra na Rússia poderá servir de ponto de partida para uma evolução comunista" (Marx, 1965, p. 339-340).

Os clássicos do pensamento social crítico da virada do século XIX para o XX também atentaram para a questão, ao apontarem que o caráter desigual e combinado do desenvolvimento capitalista em sua

fase de expansão global – o imperialismo – gerava uma convivência entre formas antigas e novas de organização da produção, que adquiriam especificidades em relação ao processo de desenvolvimento industrial capitalista nas primeiras nações que passaram por ele, como a Inglaterra.[12] Trabalhando com a dicotomia "países atrasados"- "países avançados" para dar conta da diferença entre o centro e a periferia do sistema capitalista já em sua etapa imperialista, e com a noção de "leis" para definir as propostas teóricas de Lenin e sua, Trotsky assim apresentou a questão:

> "As leis da história não têm nada em comum com o esquematismo pedantesco. O desenvolvimento desigual, que é a lei mais geral do processo histórico, não se revela, em nenhuma parte, com maior evidência e complexidade do que no destino dos países atrasados. Açoitados pelo chicote das necessidades materiais, os países atrasados se vêem obrigados a avançar aos saltos. Desta lei universal do desenvolvimento desigual da cultura decorre outra que, por falta de nome mais adequado, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, aludindo à aproximação das distintas etapas do caminho e à confusão de distintas fases, ao amálgama de formas arcaicas e modernas" (Trotsky, 2007, p. 21).[13]

Foi essa mesma linha interpretativa que permitiu ao marxista peruano José Carlos Mariátegui perceber a especificidade latino-americana e a propor uma defesa política da potencialidade revolucionária do elemento indígena nas lutas socialistas dos países andinos, ainda nos anos 1920. Para Mariátegui, a reivindicação indigenista permaneceria isolada, ou manipulada por populismos diversos, enquanto se

12 Ver em Lenin a ideia de "crescimento desigual", por exemplo, em *El imperialismo, fase superior del capitalismo,* (1982, p. 139).

13 Para uma discussão recente sobre a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, que inclui considerações sobre seus desenvolvimentos por autores como Novak e Mandel, ver Marcel van der Linden (2007, p. 145-165).

manifestasse de forma restrita a aspectos étnicos, culturais ou educacionais, demandando expressão econômica e política, através de seu vínculo com a questão da terra. Entendendo o potencial que poderia advir de tal mudança de orientação do movimento indígena como decisivamente vinculada à sua "consanguinidade" com o socialismo proletário internacional, Mariátegui explicou que:

> "A fé no ressurgimento indígena não provém de um processo de 'ocidentalização' material da terra quéchua. Não é a civilização, não é o alfabeto do branco, o que levanta a alma do índio. É o mito, é a ideia da revolução socialista. A esperança indígena é absolutamente revolucionária. O mesmo mito, a mesma ideia, são agentes decisivos do despertar de outros velhos povos, de outras velhas raças em colapso: hindus, chineses, etc. A história universal tende hoje como nunca a reger-se pelo mesmo quadrante. Por que há de ser o povo incaico, que construiu o mais desenvolvido e harmônico sistema comunista, o único insensível à emoção mundial? A consanguinidade do movimento indigenista com as correntes revolucionárias mundiais é demasiado evidente para que precise documentá-la. Eu já disse que cheguei ao entendimento e à valorização justa do indígena pela via do socialismo" (Mariátegui, 2010, p. X).

Assim, dado que o capital opera expropriações e explorações de forma distinta, conforme as realidades anteriores que confronta, tanto a perspectiva de Marx a respeito dos camponeses russos, inspiradora das análises que salientaram as formas desiguais e combinadas de desenvolvimento capitalista na periferia, quanto a valorização do elemento indígena nas lutas sociais latino-americanas, presente em Mariátegui, longe de tratarem as especificidades históricas das situações "periféricas" em relação ao capitalismo europeu/ocidental como reveladoras de particularidades absolutas, as compreendem em conexão com uma totalidade mais ampla do movimento contraditório da história. Daí que Mariátegui possa, ao mesmo tempo, rejeitar o

eurocentrismo do projeto civilizatório do capital e proclamar a universalidade do projeto emancipatório socialista.

Ainda em relação à América Latina, foi com a chamada "teoria da dependência", em sua primeira versão, dos anos 1960, que o estudo do caminho específico, mas subordinado, de desenvolvimento capitalista nesse espaço periférico começou a libertar-se de forma mais incisiva das tentativas de reprodução do modelo europeu de evolução dos modos de produção. O melhor representante dessa perspectiva foi Ruy Mauro Marini (2005). No que diz respeito à história do trabalho, a principal sugestão de Marini, aqui apresentada de forma muito sintética, foi a de que as economias capitalistas na periferia foram submetidas a uma situação de intercâmbio desigual, o que determinou uma necessidade de que gerassem uma quantidade ampliada de mais-valor, já que uma grande parte dele seria apropriada externamente pelas empresas transnacionais e o centro do capitalismo. Por isso, o trabalho deveria ser necessariamente submetido a uma situação de "super-exploração". Tal categoria não foi pensada para dar conta de cada situação específica de exploração do trabalho, mas visava explicar a combinação de variadas formas de exploração no conjunto das relações sociais capitalistas. Segundo ele:

> "o problema colocado pela troca desigual para a América Latina não é precisamente o de se contrapor à transferência de valor que implica, mas compensar a perda de mais-valia, e que, incapaz de impedi-la no nível das relações de mercado, a reação da economia dependente é compensá-la no plano da produção interna" (Marini, 2005, p. 154).

Frente a tal problema gerado pela dependência, as saídas adotadas pelas economias periféricas da América Latina combinariam três formas de expansão da extração de mais-valor comentadas por Marx: o aumento da intensidade do trabalho, o prolongamento da jornada de trabalho e a redução da capacidade de consumo dos trabalhadores para patamares inferiores ao padrão necessário à adequada

reprodução de sua força de trabalho. Assim, num movimento de formação do capitalismo na periferia dependente que partiria da circulação para impor um padrão à produção, Marini localiza tanto a escravidão quanto sistemas híbridos de exploração do trabalho (entre o assalariamento e a servidão, como no exemplo do "sistema de barracão" no campo brasileiro) na agricultura de exportação, como "uma das vias pelas quais a América Latina chega ao capitalismo" (idem, ibidem, p. 160). Ter em conta essas características é fundamental para pensarmos a transição ao capitalismo no Brasil da segunda metade do século XIX, em que conviviam uma agricultura voltada para exportação, ainda baseada no trabalho escravo, com os primeiros passos do processo de industrialização em ambientes urbanos onde a convivência entre trabalhadores escravizados e "livres" era a tônica. Não tenho aqui condições de resgatar todo o debate em torno da transição no Brasil e das suas diferentes faces. Vou me ater a pensar a situação a partir da formação da classe trabalhadora no ambiente urbano.

Em um estudo concluído já faz uns seis anos, tentei dar conta de uma análise do processo de formação da classe trabalhadora na cidade do Rio de Janeiro, maior centro urbano, capital do país e primeiro espaço de desenvolvimento fabril entre nós, abordando o período compreendido entre os anos 1850 e 1910. A hipótese que norteou o estudo foi a seguinte:

> "Tendo em vista que escravizados e livres conviveram em ambientes comuns de trabalho urbano; que protestos coletivos de uns e de outros, aproximando-se ou distinguindo-se em forma e conteúdo das reivindicações, coexistiram no tempo e no espaço; que formas associativas foram muitas vezes compartilhadas e que discursos identitários surgiram a partir de comparações entre o trabalho escravo e o trabalho livre, trabalhamos com a hipótese de que no processo de formação da classe trabalhadora na cidade do Rio de Janeiro, no período que vai de meados do século XIX às primeiras décadas do século XX, a presença da escravidão, as lutas dos escravos pela liberdade e as formas pelas quais as classes dominantes locais

> buscaram controlar seus escravos e conduzir um processo de desescravização sem maiores abalos em sua dominação foram fatores decisivos para a conformação do perfil da nova classe de trabalhadores assalariados" (Mattos, 2008, p. 21).

Acredito que o livro possui diversos elementos de análise que corroboram tal hipótese, mas diante do tema do nosso debate, gostaria de colocar outras questões, de natureza conceitual e analítica mais amplas, que ali não foram preocupações centrais.

Por certo que o processo de formação de uma classe trabalhadora no Brasil não pode ser explicado por fatores completamente endógenos. A "questão da mão de obra", como foi definida pelos contemporâneos – ou seja, como resolver o problema do suprimento de uma força de trabalho regular e barata para a agricultura de exportação em expansão a partir do fim do tráfico africano – tem por origem a imposição inglesa do fim do tráfico (contra a qual a relativamente frágil classe dominante senhorial local conseguiu resistir por três décadas). E a vinda de trabalhadores europeus já expropriados pela expansão do capitalismo no campo por lá foi a solução última adotada pela grande lavoura cafeeira em seu pólo mais dinâmico (leia-se, São Paulo).

É importante destacar que a isso não se chegou como primeira opção, tampouco a emigração dos proletários europeus significou que aqui formaram uma massa de assalariados rurais. Nos anos 1850-1860 muito se discutiu e algo se tentou com a importação de *coolies* chineses, numa substituição similar a que se fez na lavoura cubana naquela época. Porém, as condições externas inviabilizaram tal alternativa. As condições locais da luta de classes (as lutas dos escravos pela liberdade, em combinação com a defesa do abolicionismo por outros setores sociais) tiveram peso decisivo na opção pela imigração subvencionada para os cafeicultores paulistas, mas em outras regiões, transições que implicaram na manutenção dos antigos escravos no trabalho agrícola, através de formas variadas de "contratos de prestação de serviços" que não garantiam "liberdade" plena foram implantadas. Além do que, os imigrantes trazidos para as lavouras de café não foram empregados em

relações dominantemente assalariadas, como José de Souza Martins já demonstrou há décadas em seu estudo clássico sobre o colonato (Martins, 2010). O "arcaico" e o " moderno" estavam realmente combinados na periferia nesse processo de transição, no que diz respeito às relações de trabalho, vemos logo de início.

Mas, o que eu quero ressaltar é que houve também uma base endógena de proletarização. No Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX, os escravos declinaram progressivamente em número, mas escravos e libertos somavam mais de 40% da população urbana de 266 mil pessoas em 1849. Nas fábricas da cidade, num período em que ainda dominava o sistema manufatureiro e as grandes empresas (com mais de 600 operários em alguns casos) eram ainda combinações de várias oficinas, segundo as pesquisas disponíveis, os escravos estiveram lado a lado com os "livres". Nas ruas, conhecemos a situação bastante disseminada, nessa como em outras cidades, da "escravidão de ganho" (ou "ao ganho") em que os escravos vendiam sua força de trabalho no mercado urbano e pagavam diária ou semanalmente um valor fixo a seus senhores, muitos deles "vivendo sobre si" (isto é, arcando com os custos de sua reprodução como força de trabalho, o que incluía alimentação e em muitos casos até habitação).

O que isso pode significar? Primeiro, os trabalhadores escravizados já foram previamente expropriados. Sua conversão em proletários não demanda, desse ponto de vista, uma nova "coerção do Estado" que garanta a "coerção do mercado", como Ellen Wood, pensando em Thompson, aponta para o caso inglês (Wood, 2001, p. 69). A coerção do Estado, no caso brasileiro, entrará depois para garantir que esses ex-escravos, já expropriados, permaneçam disponíveis como proletários, ainda que nos trabalhos pior remunerados ou no desemprego, pois a virada para o século XX é marcada pela intensa repressão à "vadiagem".

Mas, se escravos e libertos trabalhavam lado a lado com "livres" nas fábricas e, no caso dos escravos de ganho, tinham sua sobrevivência já subordinada aos "imperativos do mercado", estamos diante de uma situação em que "o capital apropriou-se do trabalho excedente de trabalhadores ainda comprometidos com as formas tradicionais

de produção" (*idem*, *ibidem*, p. 67), mesmo sendo estes trabalhadores escravizados. Se assim for, poderíamos dizer que estamos diante do trabalho escravo subsumido formalmente ao capital, mesmo que os subsumidos não sejam "livres como pássaros".[14]

Do ponto de vista até aqui discutido, portanto, o processo de formação de uma classe trabalhadora no Brasil do século XIX estaria completamente resolvido no interior da noção de "trabalhadores subalternos" de Van der Linden. Desde o momento em que a venda da força de trabalho já obedece aos imperativos do capital (tanto faz se escravos que são pessoalmente vendidos por outros junto com sua força de trabalho, ou se trabalhadores "livres" que a vendem, ou híbridos, em situações como as dos escravos de ganho e de aluguel) estamos diante de uma mesma classe de trabalhadores. No entanto, a definição de classe trabalhadora proposta por Marx, como vimos, vai além da dimensão mais propriamente econômica, comportando também uma dimensão política.

Incluindo tal dimensão política, podemos atentar para a seguinte questão: se os trabalhadores escravizados já viviam (na segunda metade do século XIX) uma situação em algum nível marcada pela subsunção formal ao capital e até mesmo, em certos casos, o imperativo do mercado, não seria possível que eles tivessem desenvolvido uma consciência de classe análoga à dos trabalhadores ingleses da época da revolução industrial?

A questão se torna cada vez mais complexa, pois, afinal de contas, eu mesmo encontrei em minha pesquisa uma série de evidências de que os trabalhadores escravizados compartilharam não só experiências de trabalho e sociabilidade urbana com os trabalhadores ditos "livres" no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX. Compartilharam também formas organizativas – constituíram associações de tipo mutual, por exemplo – e mesmo formas de luta, como as greves.

---

14 É preciso ressaltar que a expressão é em Marx carregada de ironia, pois os proletários estariam "livres" "apenas" de qualquer forma de sobrevivência fora do mercado, sendo compelidos por isso a transformarem em mercadoria a sua força de trabalho nesse mesmo mercado.

Retomando a referência ao desenvolvimento desigual e combinado, o "chicote" das necessidades materiais que os obriga a "avançar aos saltos", combinando formas "arcaicas" e "modernas" é também seu "privilégio" relativo de "saltar etapas" incorporando certas "modernidades" sem necessariamente passar por todas as dificuldades que as precederam. E lembremos que o esforço de Trotsky ao lembrar essa questão era o de explicar como se forma um proletariado tão avançado, capaz de levar adiante a revolução socialista de forma pioneira, em um país que era relativamente um dos mais atrasados da Europa. Quero dizer com isso, citando Claudio Batalha, que:

> "A universalização do capitalismo como modo de produção e das relações que ele engendra propiciou também a universalização das formas de estruturação do movimento operário. Se os contextos nacionais e regionais variaram consideravelmente e consequentemente o modo como o movimento operário respondeu a esses contextos, não se pode dizer que as formas organizativas tenham assumido um caráter específico na escala local, regional ou nacional" (Batalha, 2010, p. 2).

Com isso quero dizer que as lutas dos trabalhadores escravizados pela liberdade na segunda metade do século XIX – nas quais se viram associados a outros setores sociais, especialmente aos trabalhadores "livres" – foram marcadas pelo compartilhamento de formas organizativas e estratégias de luta típicas da classe trabalhadora "já formada" na Europa, o que nos leva a pensar em um processo de formação de consciência de classe em curso. Mas, ainda assim, a luta dos escravos é pela "liberdade", no sentido da superação do fim do estatuto jurídico da escravidão. O projeto de emancipação social da classe trabalhadora é outro, por colocar em questão não apenas uma determinada forma histórica de exploração do trabalho e divisão social em classes, mas toda e qualquer sociedade dividida em classes e marcada pela exploração do trabalho. E isso já se fazia presente tanto na percepção das continuidades quanto na afirmação da novidade do projeto

emancipatório das primeiras elaborações da classe trabalhadora em seu processo de formação no Brasil.[15]

Aonde quero chegar com isso? Do meu ponto de vista, é fundamental que tomemos em conta, numa situação periférica de transição ao capitalismo como a do Brasil, que os processos que são pressuposto e base para sua constituição, como o de expropriação/proletarização – por sua vez base e pressupostos para a formação da classe trabalhadora – apresentam especificidades. Entre elas a de que a experiência de exploração anterior, assim como os valores e tradições que são relidos pela nova consciência de classe em formação são bem outros. Se quisermos procurar no caso brasileiro, por exemplo, a ideia-forte do "inglês nascido livre" a que se refere Thompson como um dos pilares que ajudam a erguer essa nova consciência, teremos grande dificuldades.

Ainda assim, os escravos em luta pela liberdade são "sujeitos de sua própria história",[16] num sentido muito particular, e tanto eles quanto a sua luta pela liberdade (esse sim um valor relido e incorporado pela nova consciência de classe que se formou nas décadas seguintes) serão personagens fundamentais do processo de formação da classe trabalhadora. Porém, o "sujeito social" classe trabalhadora é distinto, em especial porque porta uma consciência distinta, "propriamente de classe".

Algumas sugestões finais

Passo então, para concluir, a sumariamente apontar uma possibilidade conceitual que respeite as distinções no plano da consciência

15 Analisei com mais atenção o discurso das lideranças dos trabalhadores brasileiros na virada para o século XX, quando afirmavam a vitória na luta contra a "escravidão de fato", mas ressaltavam a especificidade da luta pelo fim da "escravidão dos livres, em Mattos (2008), especialmente no quarto capítulo.

16 A expressão "sujeitos de sua própria história" é fartamente empregada pela historiografia recente da excravidão no Brasil, visando enfatizar a ação individual e coletiva dos escravos em seu processo de adaptação/enfrentamento à escravidão e busca da liberdade. Ver, por exemplo, Chalhoub (1990).

coletiva – e, portanto, de seus projetos societários – entre diferentes grupos de trabalhadores subordinados ao capital, porque submetidos compulsoriamente a um processo de mercadorização da sua força de trabalho. O ponto de partida é a própria definição de trabalhadores subalternos de Van der Linden. A categoria "subalternos" surge em sua proposta a partir de uma dupla e combinada referência. De um lado, mais recentemente, o termo foi empregado para definir "toda a população que é subordinada em termos de classe, casta, idade, gênero e ofício, ou em qualquer outro modo" (Sen, 1987), pelos chamados Estudos Subalternos, surgidos a partir da iniciativa do historiador indiano Ranajit Guha.

Os Estudos Subalternos, especialmente em sua primeira fase, por seu turno, buscaram a categoria em Antonio Gramsci. Apontei, na primeira parte deste texto, para a forma como Isabel Monal recorreu ao conceito de "classes subalternas" de Gramsci para tentar dar conta do grau atual de heterogeneidade dos grupos sociais submetidos a exploração capitalista. Apontei também para o fato de que, em minha leitura, é justamente por partir de uma concepção mais restrita que a de Marx sobre a classe trabalhadora no capitalismo, que Monal pretende ir além dela para dar conta da definição dos grupos sociais submetidos ao capital hoje, alguns dos quais Marx já havia sugerido serem parte da própria classe trabalhadora.

Também chamei a atenção para o fato de que o conceito de classes subalternas em Gramsci permite mais de uma chave de leitura. De um lado, ao referir-se às classes subalternas quando abordando as complexas sociedades capitalistas do século XX, Gramsci parece apresentar sob essa rubrica a base objetiva sobre a qual repousa a proposta da Frente Única entre operários e camponeses, necessária para a revolução em países como a Itália. Trata-se também de uma categoria que, nesse caso da contemporaneidade, permite a Gramsci, de forma mais precisa que a simples noção de "massas populares", discutir o processo através do qual a consciência de classe se "eleva" a partir do senso comum, e em que os limites de uma visão de mundo messiânica, alimentada pelas leituras deterministas do marxismo, são

superados pela filosofia da práxis em sua manifestação mais elaborada (Gramsci, 1999, p. 103-107, C. 11).

O conceito de classes subalternas também é útil para que Gramsci discuta as dimensões "espontâneas" e "organizadas" dos movimentos conduzidos por essas classes. Partindo do exemplo por ele vivido das greves revolucionárias de Turim na virada dos anos 1910 para 1920, Gramsci procura demonstrar como a organização surgida como setor mais consciente das classes subalternas, deve partir justamente do elemento espontâneo de suas manifestações de revolta para dirigir-lhe segundo um programa de "reforma intelectual e moral" (uma conscientização revolucionária nesse caso), evitando tanto repudiar o "espontaneísmo", quanto permitir que dele triunfe a tendência à fragmentação das lutas (Gramsci, 2002, p. 194-198, C. 3).

É justamente essa discussão sobre a tendência ao espontâneo e ao fragmentário nas classes subalternas, combinada ao debate sobre as formas da consciência, que serve de ponte para entendermos a dimensão mais ampla, no que tange a sua historicidade, que Gramsci atribui ao conceito de classes subalternas, empregando-o, por exemplo, para tratar dos escravos romanos e dos camponeses medievais submetidos ao senhorio. Nessa dimensão histórica, o que Gramsci propõe é um caminho metodológico de análise – por vezes na forma de um plano de estudo – que busque resgatar a história "desagregada e episódica" desses grupos, procurando perceber nela uma "tendência a unificação", que é "continuamente rompida pela iniciativa dos grupos dominantes e, portanto, só pode ser demonstrada com o ciclo encerrado, se este se encerra com sucesso" (Gramsci, 2002b, p. 135, C. 25).

Retomando o problema central da discussão que me propus a desenvolver, recorri a Gramsci para destacar que tanto na dimensão da análise do presente – intimamente relacionada ao projeto social revolucionário que propunha – quanto especialmente nas suas notas metodológicas para o estudo do passado, sua concepção de classes subalternas pode ser bastante pertinente para os estudos históricos hoje desenvolvidos. Recolocando os exemplos que anteriormente mencionei, através do conceito de classes subalternas, talvez seja possível

dar conta da dimensão de classe do processo de subsunção formal do trabalho – assalariado, mas também "não-livre", ou por conta própria – ao capital, em situações periféricas ou centrais em que predominem diversas formas de exploração do trabalho.

Porém, isso é feito sem perder de vista os complexos caminhos de definição da subjetividade coletiva das classes sociais, ou seja, incluindo a diversidade de projetos societários que tais diferentes formas de exploração podem gerar, atentando para sua tendência a unificação, que só pode se completar em movimentos históricos nos quais o aspecto da organização e do espontaneísmo se complementem de forma bem sucedida. Em outras palavras, em determinadas situações históricas como a vivida por trabalhadores escravizados e livres em determinadas áreas da América Latina na segunda metade do século XX, podemos estar diante não de uma única classe de trabalhadores subalternos, mas de classes subalternas, que possuem em comum a subordinação ao capital, mas distinguem-se por formas distintas de consciência social, cuja tendência à unificação pode manifestar-se em determinados momentos específicos das lutas sociais – como a dos movimentos pela abolição, fundamentais aos momentos posteriores do processo subsequente de formação da classe trabalhadora. Essa discussão, porém, abre a porta para um outro debate, a respeito do sujeito histórico, para o qual falta espaço neste momento.

Termino, pois, mais com sugestões e indicações provisórias, do que com respostas conceituais acabadas. E não poderia ser diferente, pois se trata de um conjunto de questões que ainda estamos a formular, entre a constatação da fragmentação atual da classe trabalhadora e a consciência dos diversos caminhos historicamente experimentados em seus processos de formação.

Referências Bibliográficas

Antunes, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

Banaji, Jairus. *Theory as History:* essays on modes of production and exploitation. Leiden: Brill, 2010.

Batalha, Claudio H. M. O movimento operário brasileiro e a inspiração internacional (1870-1920). Comunicação apresentada ao I Seminário Internacional de História do Trabalho/V Jornada Nacional de História do Trabalho, Florianópolis, 2010. Disponível em: <www.labhstc.ufsc.br/sulglobal.htm>

Behal, Rana. Power, structure, discipline and labour in Assam Tea Plantations under colonial rule. *International Review of Social History*, 51, Supplement, 2006.

Bensaïd, Daniel. *Os irredutíveis:* teoremas da resistência para o tempo atual. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. *Marx o intempestivo:* grandezas e misérias de uma aventura crítica (séculos XIX e XX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

Bloch, Marc. *Apologia da História;* ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Chalhoub, Sidney. *Visões da liberdade:* uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Fontana, Josep. *História:* análise do passado e projeto social. Bauru: Edusc, 1998.

Fontes, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo:* teoria e história. Rio de Janeiro: Edufrj, 2010.

Gramsci, Antonio. *Cadernos do cárcere.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, v. 1.

_____. *Cadernos do cárcere.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, v. 3.

_____. *Cadernos do cárcere.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b, v. 5.

Harvey, David. *The new imperialism.* Oxford: Oxford University Press, 2003.

Lenin, Vladimir Ilitch. *El imperialismo, fase superior del capitalismo*. Moscou: Editorial Progresso, 1982.

Linebaugh, Peter. *The Magna Carta manifesto:* liberties and commons for all. Berkeley: University of California Press, 2008.

Loner, Beatriz Ana. *Construção de classe:* operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930). Pelotas: Unitrabalho/EdUFPel, 2001.

Löwy, Michel. *A teoria da revolução no jovem Marx.* Petrópolis: Vozes, 2002.

Marini, Ruy Mauro. Dialética da dependência (1973). In: Traspadini, Roberta e Stédile, João Pedro (orgs.). *Ruy Mauro Marini*: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

Martins, José de Souza. *O cativeiro da terra.* 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

Mattos, Marcelo Badaró. *Escravizados e livres:* experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

Mariátegui, José Carlos. Prólogo de "Tempestad en los Andes" de Valcárcel. In: *7 Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana.* Marxists Internet Archive, mai. 2010. Disponível em: <http://www.marxists.org/espanol/mariateg/1928/7ensayos/02.htm>

Marx, Karl. Marx to V. I Zasulich in St. Petersburg (1881). In: Marx, Karl; Engels, Friedrich.. *Selected correspondence.* 2nd. ed. Moscow: Progress, 1965.

_____. *O Capital.* Livro I, Capítulo VI (Capítulo inédito). São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

_____. *O Capital.* Vol.1, Tomo II (capítulo XXIV). São Paulo: Abril Cultural, 1984.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. Marx a Bolte, 23 de novembro de 1871. In: *Obras escolhidas.* São Paulo: Alfa-Ômega, s/d, v. III.

Marx, Karl; Engels, Friedrich. Prefácio à (segunda) edição russa de 1882. In: *Obras Escolhidas*. Lisboa: Progresso/Avante, 1982, v. 1.

Mohapatra, Prabhu. Regulating informality. In: Bhattacharya, Sabyasachi & Lucassen, Jan (eds.). *Workers in the informal sector:* studies in labour history, 1800-200. Delhi: Macmillian, 2005.

Monal, Isabel. Gramsci, a sociedade civil e os grupos subalternos. In: Coutinho, C. N. e Teixeira, A. P. (orgs.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Reis, João José. The revolution of the ganhadores: urban labour, ethnicity and the African strike in 1857 in Bahia, Brazil. *Journal of Latin American Studies,* n. 29, 1997.

Sen, Asok. Subaltern Studies: class, capital and community. In: Guha, Ranajit (ed.). *Subaltern Studies*: Writings on South Asian History and Society. Delhi: Oxford University Press, 1987.

Stanziani, Alessandro. Introduction: Labour Institutions in a Global perspective, from the Seventeenth to the Twentieth Century. *International Review of Social History*, v. 54, n. 3, Dec. 2009.

Thompson, Edward P. *A formação da classe operária inglesa.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987-1988, 3v.

_____. Sobre classe e falsa consciência. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.* Campinas: Edunicamp, 2001.

_____. *Costumes em Comum.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Tomich, Dale. *Through the prism of slavery:* labor, capital and world economy. Boulder: Rowman & Littlefield, 2004.

Trotsky, Leon. *História da revolução russa.* São Paulo: Sundermann, 2007, t. I.

Van der Linden, Marcel. *Workers of the world:* essays toward a global labor history. Leiden: Brill, 2008.

_____. The 'Law' of Uneven and Combined Development: Some Underdeveloped Thoughts. *Historical Materialism*, v. 15, n. 11, 2007.

Velasco e Cruz, Maria Cecília. Tradições negras na formação de um sindicato: sociedade de resistência dos trabalhadores em trapiche e café, Rio de Janeiro, 1905-1930. *Afro-Ásia*, n. 24. Salvador, 2000.

Wood, Ellen. *A origem do capitalismo.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.